

Termo de Referência

1. Informações Básicas

1.1. Categoria do Objeto: SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

1.2. O modo de execução será por empreitada por preço unitário.

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	Ernesto Tadeu Capella Consoni

2. Definição do Objeto

2.1. Contratação de empresa para FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA PRAÇA MARIA ISABEL, EM PADRE NÓBREGA, destinados à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

2.2 O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de serviço comum de engenharia, de que trata a Lei nº 14.133/2021.

3. Fundamentação da Contratação

3.1. A fundamentação da contratação, conforme a Lei 14.133/2021 é sustentada pela elaboração do estudo técnico preliminar. O referido documento orienta a formulação deste termo, assegurando transparência, competitividade e eficiência no processo licitatório. Assim, garante-se a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios de legalidade e economicidade.

4. Descrição da Solução

4.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Subcontratação

5.1.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.2 Justifica-se a negativa da subcontratação pelas razões que seguem:

- Apenas parte do contrato poderia ser subcontratada, nunca a integralidade, dificultando a fiscalização e gestão do contrato por impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e Subcontratada;
- Daria oportunidade para licitantes não qualificados participarem do certame com intuito prévio de terceirizar a execução do objeto;
- Levaria à abertura para intermediação de negócios, encareceria os custos da contratação, podendo refletir em prejuízo aos cofres públicos.

5.2 - CONSÓRCIO

5.2.1. Não poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio. Justifica-se, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI 14.133, DE 1.º DE ABRIL DE 2021, TÍTULO II. DAS LICITAÇÕES, CAPÍTULO I. DO PROCESSO LICITATÓRIO, Art. 15, a participação de empresas em consórcio é geralmente autorizada pela Administração Pública quando a dimensão e a

complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigem a associação entre os particulares. Essas são situações em que apenas algumas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.

A vedação à participação de consórcios justifica-se porque a reforma da praça consiste em serviços comuns de engenharia, de baixa complexidade técnica e com execução integrada, que podem ser plenamente atendidos por uma única empresa, evitando a fragmentação de responsabilidades e a burocratização do processo. A formação de consórcios tornaria a gestão contratual mais onerosa, ampliaria riscos de incompatibilidades entre consorciadas e geraria exigências adicionais de análise documental e de garantias, sem qualquer benefício proporcional ao porte e às características do objeto.

5.3 DA PROPOSTA

5.3.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais.

5.3.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta considerando quantitativos inferiores aos previstos para contratação.

5.3.3. O serviço deste objeto e Termo de Referência deve obedecer aos seguintes critérios:

I - Conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, determinações das normas técnicas; instruções/normativas de entidades da construção civil e demais normas pertinentes;

5.4 GARANTIA DA PROPOSTA

5.4.1. Conforme disposto na Lei 14.133/2021, Art. 58, será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, a quantia de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, e caberá ao contratado, de acordo com o Art. 96, § 1º, optar por uma das modalidades apresentadas em seus incisos I (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural), II (seguro garantia) ou III (fiança bancária emitida por banco ou financeira autorizados pelo BACEN).

5.4.2. Exige-se garantia de proposta para assegurar a idoneidade e o comprometimento dos licitantes e para proteger o interesse público no decurso do processo licitatório. A medida visa, de forma objetiva: (i) desestimular a apresentação de propostas meramente especulativas ou sem intenção de contratar; (ii) indenizar a Administração por custos e prejuízos decorrentes da desistência ou recusa injustificada do adjudicatário em firmar o contrato; e (iii) conferir maior segurança econômica ao procedimento, preservando a competitividade equilibrada entre os concorrentes. O percentual estabelecido (1% do valor estimado) atende ao princípio da proporcionalidade, sendo suficiente para alcançar as finalidades acima sem impor ônus exagerado aos interessados.

5.5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.5.1. Objetivando assegurar a regularidade, segurança e eficácia no processo da contratação do objeto descrito no item 2, conforme Art. 98 da Lei 14.133/2021, será exigida a garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

5.5.2. Ao requerer uma garantia, essa administração pública busca assegurar que os proponentes estejam comprometidos e se apresentem de maneira séria durante o processo de licitação. A apresentação de uma garantia demonstra o interesse genuíno da empresa em participar e cumprir as obrigações contratuais. A garantia oferece ainda uma camada adicional de segurança financeira para esta administração pública municipal. Caso o contratado não cumpra suas obrigações contratuais, a

garantia pode ser acionada para cobrir eventuais prejuízos ou custos adicionais incorridos pela administração. Esta ainda reduz a probabilidade de desistências ou desistências injustificadas por parte dos proponentes após a adjudicação. A garantia cria um compromisso mais sólido por parte dos licitantes, evitando que abandonem o processo sem justificativa plausível.

5.5.3. Enfim, a exigência de garantia na contratação pública busca promover um ambiente transparente, competitivo e seguro, garantindo que a administração e os interesses públicos sejam protegidos ao longo do processo de contratação e execução contratual.

5.5.4- A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo da obra.

5.5.5- A garantia escolhida pela CONTRATADA poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do Contrato, com anuência do CONTRATANTE.

5.5.6 - A garantia escolhida pelo proponente deverá ser complementada sempre que houver defasagem em relação ao valor inicial. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato a ser firmado, a garantia deverá ser renovada, mantendo-se os mesmos percentuais sobre o valor residual do contrato, devendo cobrir o prazo prorrogado acrescido de 30 (trinta) dias.

5.5.7 - A garantia depositada poderá, a critério da Prefeitura Municipal de Marília, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou não cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA.

5.5.8 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a garantia deverá ser reconstituída imediatamente pela CONTRATADA, de forma a manter o valor compatível com o da contratação.

5.6 - VISITA TÉCNICA FACULTATIVA OU DECLARAÇÃO DE QUE TEM CIÊNCIA

5.6.1 - Torna-se adequado que o Licitante visite o local de execução dos serviços em referência, para se inteirar de todos os aspectos referentes ao presente objeto. Para todos os efeitos, considerar-se-á que o Licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo dos serviços.

5.6.2 – Os licitantes **PODERÃO** agendar dia e horário para visita técnica, na Secretaria de Infraestrutura, Fone (014) 3408-6400, com o Departamento de Engenharia.

5.6.3 – O agendamento poderá ser realizado a partir da data de publicação do edital **até 03 (Três) dias úteis** antes da data final de apresentação das propostas.

5.6.4 – Para visita técnica no local dos serviços, a empresa proponente deverá enviar responsável, munido de documento com autorização.

5.6.5 – Na visita técnica serão feitos os esclarecimentos pertinentes aos serviços, sendo condição de participação da presente licitação em caráter facultativo.

5.6.6 – Caso seja realizada a visita, deverá ser feita uma Atestado de Visita, comprovando-se a visita ao local, devendo ser assinado por servidor da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA e pelo interessado que realizar a visita. Esse Atestado deverá ser apresentado juntamente com os documentos de Habilitação.

5.6.7 – Caso a empresa licitante julgue desnecessária a visita ao local, deverá apresentar juntamente com os documentos de Habilitação, **DECLARAÇÃO DE QUE TEM CIÊNCIA** de todas as condições necessárias e especificações técnicas pertinentes para a execução do objeto licitado e de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução do mesmo.

5.6.8 – Nenhum licitante, em nenhum momento, poderá alegar desconhecimento das condições de execução a pretexto para não executar o objeto da contratação nos termos requeridos neste Processo Licitatório.

5.7 – GARANTIA DO OBJETO

5.7.1 - A **CONTRATADA** garantirá a obra por um prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo das obras.

5.7.4 – **Justificativa:** Visando a execução dos serviços com uma boa qualidade (materiais, mão de obra e equipamentos) que garanta os serviços por no mínimo 05 anos, e que a empresa fique ciente que no decorrer desse prazo e existindo problemas, por defeitos ou vícios de execução, a mesma quando for acionada pela fiscalização se responsabilizará pelas correções sem nenhum ônus para o município.

5.8 GARANTIA ADICIONAL

5.8.1 - Em conformidade com o art. 59, § 5º, da Lei nº 14.133/21, será exigida Garantia Adicional do licitante vencedor caso sua proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração. Essa garantia será calculada como a diferença entre 85% do valor estimado pela Administração e o montante apresentado na proposta vencedora. A imposição dessa garantia adicional visa garantir a segurança financeira necessária para a execução do contrato, sem prejuízo das demais garantias.

5.8.2 – Justificativa para Garantia Adicional: Tal medida tem por finalidade assegurar que a execução do contrato ocorra sem riscos à continuidade ou à qualidade dos serviços, prevenindo eventuais desequilíbrios econômicos decorrentes de propostas inexequíveis ou excessivamente reduzidas em relação ao valor de referência.

A exigência da garantia adicional, calculada pela diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta vencedora, funciona como um mecanismo de proteção ao interesse público, preservando a viabilidade econômico-financeira da contratação e reduzindo o risco de inadimplemento ou paralisação da obra.

Assim, a imposição dessa garantia adicional contribui para a segurança contratual, evitando prejuízos à Administração e garantindo que o objeto seja executado conforme os padrões técnicos e prazos estabelecidos, sem prejuízo das demais garantias previstas em lei.

6. Modelo de Execução do Objeto

Condições de Execução

6.1 O objeto da licitação, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, no projeto, no Memorial Descritivo e na Planilha Orçamentária, deverá ser executado no prazo de até 150 (cento e cinquenta dias), conforme cronograma, a partir da data da ordem de serviço.

6.1.1 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Para início dos serviços a contratada terá até 05 (cinco) dias corridos a contar da data de expedição da Ordem de Serviço que deverá ser expedida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato.

6.3 NA ASSINATURA DA ORDEM DE SERVIÇOS SERÃO EXIGIDOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

6.3.1 Garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme parâmetros do subitem 5.5.

6.3.2 ART, devidamente recolhida, sobre o valor total do contrato juntamente com a comprovação da emissão do Livro de Ordem (Diário de Obra), que deverá ser mantido no canteiro de obras sempre atualizado.

6.3.3 Deverá ser comprovado que o responsável técnico indicado tem vínculo profissional com a empresa licitante através de:

6.3.3.1 “Ficha de registro de empregado”, autenticada e/ou;

6.3.3.2 “Ficha de empregado”, autenticada e/ou;

6.3.3.3 “Contrato de Trabalho”, autenticado.

6.3.4 Em se tratando de sócio ou diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo “contrato

social” em vigor, devidamente registrado no órgão competente, bem como, no caso de autônomo com contrato de prestação de serviços.

6.3.5 Do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica, deverá(ão) ser apresentado Termo de Compromisso individual aceitando sua(s) indicação(ões) para a Responsabilidade Técnica.

6.4 - Para o recebimento provisório pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da conclusão dos serviços por parte da contratada.

6.5 - Para recebimento definitivo, até 30 (trinta) dias após o decurso do prazo do recebimento provisório, considerando esta data como término dos serviços.

6.7 É dever da CONTRATADA

6.7.1 No decorrer da execução dos objetos, determinar que seus funcionários e prepostos obrigatoriamente utilizem uniforme ou outra vestimenta do tipo, identificando a CONTRATADA, o qual deverá ser fornecido pela mesma, e os equipamentos de segurança específicos (EPI), quando couber, estabelecidos pela legislação pertinente.

6.7.2 Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários durante a entrega do objeto OU execução dos serviços aos equipamentos, instalações gerais ou patrimônio da Secretaria, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.

6.7.3 Arcar com todos os encargos incidentes, seja da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou ainda, indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto da licitação.

6.7.4 Responder por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

6.7.5 A empresa se responsabilizará pelo transporte, guarda, fornecimento e eventuais danos causados aos serviços por seus empregados.

6.7.6 Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, transporte e alimentação dos profissionais executores dos serviços.

7. Modelo de Gestão do Contrato

7.1 A empresa vencedora será convocada pela Divisão de Contratos do Município, para assinar o instrumento contratual.

7.2 A Administração encaminhará o Instrumento Contratual, por meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.1 A assinatura deverá ser preferencialmente eletrônica, com certificação pela ICP-Brasil, podendo ser realizada gratuitamente pelos seguintes sites: <https://assinador.iti.br/assinatura/> ou <https://marilia.1doc.com.br/atendimento;>

7.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.5 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.6 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não

aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, consoante o disposto no artigo 90, da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.7 DA VIGÊNCIA

7.7.1 O prazo de vigência do Contrato será de 210 dias, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto. (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). Será iniciada a contagem do prazo da entrega da Ordem de Serviço, dada pela Secretaria de Infraestrutura.

7.7.2 No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar a “Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP- <https://www.tce.sp.gov.br/cadtecesp/>).

7.7.3 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.7.3.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme segue abaixo:

Fiscal titular: Patricia C. Rodrigues Daré; CPF: 223.652.638-52; Cargo: Engenheira do trabalho

Fiscal suplente: Luís Fernando Teixeira; CPF: 299.045.038-69; Cargo: Superintendente Gestão da SI

7.7.3.2 O Fiscal de Contratos possui as seguintes atribuições, nos termos do Artigo 7º do Decreto Municipal 14.464/2024:

7.7.3.3 Esclarecer prontamente as dúvidas surgidas na execução do objeto contratado;

7.7.3.4 Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao contratado para perfeita execução dos serviços;

7.7.3.5 Encaminhar os apontamentos, realizados em registro próprio, ao gestor de contratos para que o mesmo tome as providências cabíveis;

7.7.3.6 Proceder, conforme o caso, avaliação do cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

7.7.3.7 Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

7.7.3.8 Conferir e certificar as faturas ou notas fiscais relativas às aquisições, serviços ou obras e encaminhá-las à unidade responsável pela gestão do contrato;

7.7.3.9 Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, informando à unidade responsável pela gestão da contratação o que pode resultar na execução diversa do que foi contratado;

7.7.3.10 Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

7.7.3.11 Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

7.7.3.12 Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

7.7.3.13 Realizar, na forma do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

7.7.3.14 Propor ao gestor de contratos, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7.7.3.15 Outras atividades compatíveis com a função.

7.7.4 GESTOR(ES) DO CONTRATO

7.7.4.1 Fica(m) indicado(s) o(s) Gestor(es) do(s) contrato(s), conforme segue abaixo:

Gestor do Contrato o Sr. Ernesto Tadeu Capella Consoni, Secretário Municipal De Planejamento Urbano – ou seu substituto legal

- 7.7.4.2 O Gestor do Contrato terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do Artigo 8º do Decreto Municipal 14.464/2024, especialmente:
- 7.7.4.3 Controlar a vigência do contrato;
- 7.7.4.4 Tomar providências objetivando eventual prorrogação do prazo ou abertura de novo processo licitatório;
- 7.7.4.5 Recepcionar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e proceder os devidos encaminhamentos;
- 7.7.4.6 Analisar os pedidos de aditivo contratual e proceder os devidos encaminhamentos;
- 7.7.4.7 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 7.7.4.8 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.7.4.9 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado;
- 7.7.4.10 Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 7.7.4.11 Acompanhar o prazo para concessão de reajuste de preços, nos termos da data-base fixada no instrumento convocatório e tomar as providências necessárias para que o mesmo seja formalizado, após requerimento do interessado, mediante termo de apostilamento.
- 7.7.4.12 Acompanhar a renovação e/ou atualização das garantias contratuais no caso de prorrogação ou alteração de valores dos instrumentos contratuais;
- 7.7.4.13 Solicitar o empenho dos valores correspondentes aos contratos, aditivos ou atualizações.
- 7.7.4.14 Outras atividades compatíveis com a função.

7.8. Do Reajuste de Preços

- 7.8.1 Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste após 12 (doze) meses, contados da data do Orçamento Estimado nos termos do Artigo 92, § 3º da Lei Federal n.º 14.133/21, para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado.
- 7.8.2 O requerimento deverá ser protocolado no site: www.marilia.lidoc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor do Contrato.
- 7.8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.8.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.8.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.8.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8.8 - O reajuste poderá ser realizado por apostilamento ao processo que originou o contrato,

dispensada a formalização de termo Aditivo, conforme Artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.9 - No ato da assinatura da **Ordem de Serviços**, a CONTRATADA deverá apresentar a garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos dos artigos 96, 97 e 98 da Lei Federal 14.133/2021.

7.11 DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

7.11.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

7.11.2 Constituem motivos para a extinção do contrato, aqueles elencados na Lei Federal n.º 14.133/21, e deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da referida Lei.

8. Critérios de Medição e Pagamento

8.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após cada medição, através de Ordem de Pagamento Bancária; até que se complete a primeira parcela enviada pelo órgão responsável pelo convênio. A partir da quitação da 1ª parcela enviada pelo órgão do convênio, o pagamento será até 30 dias após medição da etapa anterior e aprovação da prestação de contas da parcela prévia.

8.1.1 Não serão consideradas as propostas com condições de pagamento “Antecipado”.

8.2 - Para fins de pagamento, serão efetuadas medições mensais, baseadas em relatórios periódicos acompanhados, inclusive de memória de cálculos, que deverão ser apresentados pela CONTRATADA, sendo a primeira, 30 (trinta) dias após o início dos serviços e as demais a cada 30 dias, computando-se as quantidades dos serviços efetivamente executados no período, multiplicados pelos preços constantes das planilhas apresentadas na proposta vencedora.

8.3 - Realizada a medição, imediatamente, a **CONTRATADA** deverá entregá-la ao **CONTRATANTE**.

8.4 - O **CONTRATANTE**, através de um engenheiro/arquiteto indicado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura deverá aprovar a medição para liberação do pagamento da parcela, sendo que, para tanto, fará avaliação dos serviços executados, comunicando-a à **CONTRATADA** dentro de 7 (sete) dias úteis do recebimento da medição, sobre a aceitação da mesma, o que implicará na apresentação, por parte da **CONTRATADA**, da respectiva Fatura, no primeiro dia subsequente à comunicação da parcela aprovada.

8.5 - O valor não aprovado deverá, dentro de igual prazo, ser comunicado à **CONTRATADA**, com justificativa correspondente.

8.6 - O pagamento realizado não isentará a **CONTRATADA**, das responsabilidades contratuais e nem implicará nos recebimentos provisórios ou definitivos dos serviços.

8.7 - A não aceitação dos serviços pela Fiscalização implicará na suspensão imediata do pagamento.

8.8 - O pagamento somente será liberado após a comprovação do recolhimento das guias de FGTS e INSS relativas aos profissionais que a CONTRATADA utilizar na execução dos serviços. A comprovação será mensal e perante a Secretaria Municipal da Fazenda.

8.9 - Para liberação dos pagamentos, a **CONTRATADA** também deverá comprovar a MATRÍCULA da obra de construção civil no CNO (Cadastro Nacional de Obras), realizada perante a Receita Federal do Brasil, **nos casos em que a Legislação Federal pertinente assim o determinar**, cuja fiscalização caberá à Secretaria Municipal da Fazenda.

8.10. Liquidação

8.10.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1.1 o prazo de validade;

8.10.1.2. a data da emissão;

8.10.1.3. os dados do Contrato, do órgão contratante, da autorização de fornecimento e empenho;

8.10.1.4. o valor a pagar;

8.10.1.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.10.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Forma de pagamento

8.11.1. A prefeitura NÃO efetuará pagamento através de cobrança bancária (boleto). Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordem de Pagamento Bancária, mediante crédito em conta corrente, devendo para tanto a Licitante indicar no Modelo de Proposta os Dados Bancários: nº do Banco, Agência, nº da Conta corrente e Código de identificação se houver.

8.11.2. Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, poderá haver incidência de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculados entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela CONTRATADA, através de requerimento protocolado no site www.marilia.ldoc.com.br/atendimento.

9. Critérios de Seleção do Fornecedor

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do MODO DE DISPUTA ABERTO, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.3.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.3.2 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.3.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.3.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando atividade assim o exigir.

9.3.5 - Tratando-se de representante legal o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, deverá constar expressos os poderes para a pessoa exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

9.3.6 - Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

9.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.4.1 - Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);

9.4.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3 - Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual/Distrital e Municipal/Distrital, deverão ser apresentadas nas formas que seguem:

9.4.3.1 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.3.2 - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (ICMS);

9.4.3.3 - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre (ISS);

9.4.3.4 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da respectiva Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei.

9.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI nº 12.440, de 7 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

9.6.1 - Certificado de Registro ou inscrição de Pessoa Jurídica na Entidade Profissional Competente;

9.6 - CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

9.6.1 - Comprovação de capacidade técnico operacional em nome da licitante de ter executado serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, através de certidões ou atestados emitidos em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme quantitativos relevantes abaixo:

Quantitativos mínimos, conforme Art. 67, § 2º da Lei 14133/2021.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.
1.0	Luminária pública LED retangular para poste, fluxo luminoso de 6250 a 6674 lm, eficiência mínima 113 lm/W – potência 40 W/59 W	Un	73,0000
2.0	Poste telecônico em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, com espera para duas luminárias, altura de 3,00 m	un	35,0000
3.0	Gradil de ferro em barras quadradas de aço 3/8" na vertical, espaçamento 10cm, e duas barras chatas de 1" x 1/4" na horizontal aplicadas nas duas faces, inclusive portão	M2	198,0800
4.0	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO	M2	569,1300

	MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021		
5.0	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2021.	M3	39,1990

PERCENTUAIS MÍNIMOS EXIGIDOS DE CADA ITEM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%	QUANT.
1.0	Luminária pública LED retangular para poste, fluxo luminoso de 6250 a 6674 lm, eficiência mínima 113 lm/W - potência 40 W/59 W	50	37,00
2.0	Poste telecônico em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, com espera para duas luminárias, altura de 3,00 m	50	18,00
3.0	Gradil de ferro em barras quadradas de aço 3/8" na vertical, espaçamento 10cm, e duas barras chatas de 1" x 1/4" na horizontal aplicadas nas duas faces, inclusive portão	50	99,04
4.0	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	50	284,565
5.0	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF 09/2021.	50	19,5995

9.7 - INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

9.7.1 - Indicação do responsável técnico para execução dos serviços, devidamente habilitado junto à Entidade Profissional Competente e com experiência compatível com o objeto licitado.

9.8 - CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

9.8.1 - Comprovação de capacitação técnico-profissional, através de prova do licitante possuir, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT, devidamente registrada na entidade profissional competente, relativamente à efetiva execução dos serviços, conforme parcelas de maior relevância abaixo:

Parcelas de maior relevância, conforme Art. 67 § 1 da Lei 14133/2021.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL DO CUSTO TOTAL
1.0	Luminária pública LED retangular para poste, fluxo luminoso de 6250 a 6674 lm, eficiência mínima 113 lm/W - potência 40 W/59 W	11,21%
2.0	Poste telecônico em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, com espera para duas luminárias, altura de 3,00 m	8,98%
3.0	Gradil de ferro em barras quadradas de aço 3/8" na vertical, espaçamento 10cm, e duas barras chatas de 1" x 1/4" na horizontal aplicadas nas duas faces, inclusive portão	12,32%
4.0	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	6,04%
5.0	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE	7,34%

SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF 09/2021.	
--	--

9.8.2 – Certificado de Registro do Profissional na Entidade Profissional Competente.

9.8.3 – JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA E QUANTITATIVOS RELEVANTES

9.8.3.1 – Em se tratando de contratação de empresa para execução de serviços e fornecimento de materiais à Prefeitura Municipal de Marília, preza-se pela especialização da contratada na área de atuação do objeto solicitado.

Uma vez que se compreende que o processo não deva ser restritivo, a fim de aumentar a competitividade e, conseqüentemente, a redução de custos para a Prefeitura, deve-se observar também que o edital contemple, minimamente, garantias de que a contratada tem capacidade técnica e experiência para realização dos serviços contratados, visto assim a resguardar o Órgão Público de problemas executivos de “inexperientes” e eventuais abandonos de obra.

Como critério de análise e amparo técnico, as parcelas de maior relevância e quantitativos relevantes foram definidas e compostas por itens que representam ao menos 4% do custo total da obra e os quantitativos elencados se baseiam no Art. 67 da Lei 14133/2021, considerando no mínimo 50% do quantitativo pretendido.

9.9 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.9.1 - A prova de qualificação econômico-financeira será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.9.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de expedição não superior a 90(noventa) dias, contados da data de encerramento para entrega das propostas iniciais, desde que em validade - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.9.3 - Cópia extraída do Livro Diário, **REGISTRADO**, ou de publicação oficial, do **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos dois últimos exercícios exigíveis com cópia das folhas de **ABERTURA E ENCERRAMENTO**, assinado por profissional-técnico legalmente habilitado, e que demonstre a boa situação financeira do licitante, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou qualquer balanços provisórios, sendo admitida sua atualização por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.9.3.1 - **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).**

9.9.3.2 - Quando se tratar de Sociedade Anônima, esta deverá apresentar comprovante de publicação da documentação referida no item acima, no órgão de imprensa oficial.

9.9.3.3 - Quando se tratar de Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Comissão de Licitação se reservará o direito de exigir a apresentação do Livro DIÁRIO em que o Balanço foi transcrito, para o efeito de verificação dos valores apresentados.

9.9.3.4 - **As empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) estão dispensadas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis apenas para fins fiscais, mas, para a presente licitação, é obrigatória a apresentação do Balanço Patrimonial, REGISTRADO, assinado pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa e por bacharel ou técnico em ciências Contábeis, legalmente habilitado, constando nome completo e registro profissional, referente ao último exercício social exigível.**

9.9.3.5 - Para as empresas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil) poderão apresentar as demonstrações digitais do último exercício social, desde que impressas e **na forma da lei, ou seja, com os seguintes documentos:**

- **Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário;**

- **Balanco Patrimonial;**
- **Demonstração do Resultado do Exercício - DRE;**
- **Termo de Autenticação ou Termo de Registro** (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

9.9.4 - Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de **R\$ 36.154,69 (Duzentos e dez mil, setecentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos)**, conforme artigo 69, § 4º da Lei Federal 14.133/93, a qual deverá ter como referência o Balanco Patrimonial atualizado.

9.9.4 - Valor Global dos serviços: **R\$ 361.546,89** conforme planilha orçamentária e cronograma físico financeiro.

9.9.5 – JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

9.9.5.1 – Em se tratando de contratação de empresa para execução de serviços e fornecimento de materiais à Prefeitura Municipal de Marília, preza-se pela especialização da contratada na área de atuação do objeto solicitado.

9.9.5.2 – Ao requerer o balanço para fins de comprovação do percentual do capital social ou patrimônio líquido, essa administração pública busca assegurar que os proponente tem um capacidade econômica para cumprir todas as obrigações contratuais. A comprovação do percentual do capital social ou patrimônio líquido oferece ainda uma camada adicional de segurança financeira para esta instrução pública municipal.

9.9.5.3 – Enfim, a exigência de comprovação do percentual do capital social ou patrimônio líquido na contratação pública busca promover um ambiente transparente, competitivos seguro, garantindo que administração os interesses públicos sejam protegidos é o longo do processo de contratação e execução contratual

9.10 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO

9.10.1 Atestado de inspeção do local onde serão executados os serviços expedidos pela Prefeitura Municipal de Marília; ou **DECLARAÇÃO DE QUE TEM CIÊNCIA (conforme item 5.6).**

10. Da matriz de alocação de riscos

10.1. Quanto à alocação de riscos, informamos que embasado no Mapa de Risco, o critério de igualdade não poderá ser aplicado em função da prevalência do interesse público; além do mais, obrigaria a Administração assumir automaticamente todos os riscos elencados no Mapa de Risco, quando na realidade a lei federal manteve a os casos aos quais se aplica a Teoria da Imprevisão (art. 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021), quando o particular poderá pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Assim, sugerimos como alocação de risco, tópico sobre Reequilíbrio Financeiro a ser inserido no Contrato, a seguinte redação:

10.2. Previsão no contrato da cláusula “Matriz de Risco” para recomposição do equilíbrio-econômico financeiro, devendo ser alocado o risco do desequilíbrio entre as partes conforme segue:

10.2.1. Alterações de valores em até 15% do valor do contrato vigente deverão ser suportadas exclusivamente pela Contratada.

10.2.2. Acima de 15% de alteração no valor pactuado, o risco será suportado pela Contratante.

10.2.3. Má gestão, falta de planejamento, gerenciamento ineficiente de mão de obra, por parte de Contratada, não serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do pacto.

11. Estimativas do Valor da Contratação

11.1. O custo estimado total da contratação terá como referência os valores unitários já apurados na estimativa de preços, realizada por esta unidade requisitante, constantes da planilha orçamentária e cronograma físico financeiro anexados ao Processo, sendo o valor global de R\$ 361.546,89.

11.2 O orçamento estimado da contratação não terá caráter sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

11.3 O preço estimado ou o máximo aceitável constará no edital da licitação, conforme Parágrafo único do Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

12. Adequação Orçamentária

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pela dotação a ser definida pela Secretaria de Finanças e Planejamento Econômico.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. Responsável

Ernesto Tadeu Capella Consoni
Secretário Municipal de Planejamento Urbano